

O ENFOQUE GERENCIAL NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

THE MANAGEMENT APPROACH ON THE DISCLOSURE OF INFORMATION PER SEGMENT

Camila Pereira Boscov¹

Resumo: Em novembro de 2006 foi publicada uma norma sobre a divulgação de informações por segmento, a IFRS 8. Este trabalho procurou analisar, dentro de um contexto de implementação da IFRS 8, a seguinte questão: Qual é o efeito da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial na qualidade das informações financeiras e no nível de *disclosure*? Para isso, foram realizadas 17 entrevistas semi-estruturadas com representantes dos principais grupos de *stakeholders* afetados pela publicação de uma norma internacional. Diante de uma realidade subjetiva, criada pela interação dos entrevistados, concluiu-se que o fornecimento de informações gerenciais, desde que conciliadas com a contabilidade financeira, promove um maior nível de *disclosure* e possibilita melhorias nas decisões econômicas e na capacidade de projeções, aumento no poder de negociação da empresa e uniformidade de práticas com os seus diferentes públicos. A divulgação de informações por segmentos, baseados em critérios gerenciais, exige, entretanto, um aumento de trabalho para elaboração, divulgação e auditoria, além de esbarrar em questões ligadas à confidencialidade da informação, dificuldade de análise e perda de comparabilidade.

Palavras-chave: Normas Contábeis Internacionais. Segmento. Evidenciação. Contabilidade Gerencial.

Abstract: In November 2006, IFRS 8, a standard concerning the disclosure of information per segment, was issued. This paper aimed to analyze, within the context of the IFRS 8 implementation, the following question: What effect does integrating financial accounting into management accounting have upon the information quality and disclosure level? To that end, 17 semi-structured interviews were conducted with representatives of the main groups of stakeholders affected by the introduction of an international standard. Dealing with a subjective reality created by the interaction among the interviewees, the study concluded that providing management information, as long as conciliated with the financial accounting, promotes a greater disclosure level, improving economic decisions and forecasting capacity, increasing the company's negotiation power and consistency of practices with different publics. Notwithstanding, disclosing information per segment, based on management criteria, requires more preparation, issuance and auditing efforts, in addition to confronting issues such as information confidentiality, difficulty in analysis and loss of comparability.

Keywords: *International Accounting Standards. Segment. Disclosure. Management Accounting.*

¹ Doutora em Controladoria e Contabilidade pela USP. Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER. camila.boscov@gmail.com

1 Introdução

Em função do projeto de convergência entre o FASB e o IASB, o IASB publicou a norma IFRS 8 *Operating Segments*, em novembro de 2006, fruto da revisão da norma americana “SFAS 131 - *Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information*”, desenvolvida em junho de 1997, e da IAS 14 “*Segment Reporting*”, inicialmente publicada em agosto de 1981. Tal norma entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2009.

O FASB e o IASB decidiram que, para essa norma, deveriam utilizar o enfoque adotado pelo organismo americano na divulgação de informações por segmento. No SFAS 131, a segmentação deve refletir os mesmos critérios utilizados na contabilidade gerencial de cada instituição e deve estar de acordo com políticas contábeis e formas de mensuração internas. A divulgação de informações por segmento é feita, portanto, de acordo com a visão “*through the eyes of Management*”, também conhecida como “*Management Approach*”.

A IFRS 8, que substitui a IAS 14, difere-se da antiga norma em dois importantes aspectos:

- Na determinação de como os segmentos são identificados;

Para o EFRAG - *European Financial Reporting Advisory Group* - não deve haver mudanças na prática com essa alteração, mas de acordo com a norma antiga, os segmentos eram identificados, em muitos casos, de uma maneira que não refletia a condução dos negócios, resultando em uma necessidade de se produzir uma informação por segmento que não era usada para nenhum propósito. De acordo com o EFRAG, é muito mais útil segmentar o negócio seguindo a mesma estrutura adotada gerencialmente, pois os gerentes farão a segmentação de uma forma que reflita a essência de suas atividades e a melhor maneira de interpretá-las.

- Na determinação das políticas contábeis que serão usadas para produzir as informações por segmento.

Com a norma IAS 14, as entidades utilizavam como mensuração as IFRS, porém a nova norma faz uso de mensurações internas. O resultado dessas modificações, segundo o EFRAG, é que os usuários das demonstrações financeiras poderão conhecer o negócio como ele realmente é. Outra implicação, entretanto, será que tais informações poderão ser preparadas de maneira diferente das principais demonstrações financeiras da organização, com critérios diferentes daqueles recomendados pelo IASB. Tal alteração poderá resultar em problemas de reconciliação destas informações, além de problemas ligados à divulgação de informações consideradas privilegiadas ao mercado.

Com essas alterações, as demonstrações financeiras, por meio do relatório de informações por segmento, passaram também a fornecer informações gerenciais a seus diversos usuários. Relatando informações sobre segmentos, o usuário externo passa a compreender a forma com que a administração da empresa toma as decisões. Observa-se aqui a vinculação, feita por um órgão normatizador, da contabilidade financeira ou societária, destinada principalmente aos usuários externos da companhia, à contabilidade gerencial, voltada para planejamento e controle da administração da organização.

Para Horngren et al (2004, p.4), a contabilidade gerencial refere-se à informação contábil desenvolvida para gestores dentro de uma organização:

“Ela é o processo de identificar, mensurar, acumular, analisar, preparar, interpretar e comunicar informações que auxiliem os gestores a atingir objetivos organizacionais”.

Horngren et al (2004, p.4)

Já a contabilidade financeira, de acordo com Atkinson et al (2000, p.37), lida com a elaboração e a comunicação de informações econômicas de uma empresa dirigidas a uma clientela

externa. Ela comunica aos agentes externos as conseqüências das decisões e das melhorias dos processos executadas por administradores e funcionários.

Stolowy e Touron (1998, p.4) consideram que a contabilidade financeira é freqüentemente vista como se fosse para os usuários externos, enquanto, de fato, há inúmeros usuários internos, não menos importantes que os gerentes das empresas, que devem ser as primeiras pessoas interessadas em saber a posição financeira e os resultados da organização.

Dessa forma, será analisado, neste trabalho, o efeito das mudanças, oriundas da vinculação da contabilidade gerencial à financeira, na IFRS 8, sob dois aspectos:

- Na percepção dos *stakeholders* sobre a qualidade das informações contábeis e nas possibilidades de aperfeiçoamento relacionadas à elaboração da norma;
- No aumento do nível de informações divulgadas e melhoria de informações decorrentes da aplicação da norma.

Os objetivos específicos deste estudo são divididos em 3 partes:

1. Identificar o grau de *disclosure* do relatório;
2. Analisar a qualidade das informações contábeis oriundas da aplicação da norma e identificar se ainda existem possibilidades de aperfeiçoamento no normativo;
3. Discutir o fenômeno da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial.

O problema de pesquisa, por sua vez, pode ser assim formulado: Qual é o efeito da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial na qualidade das informações financeiras e no nível de *disclosure*?

A importância de se estudar com detalhes o conteúdo de uma norma internacional e as suas diferentes implicações é justificada pela crescente adoção de países às normas internacionais.

Barth et al (2008, p. 467-469) examinaram se a aplicação das IFRS está associada a uma melhora das informações contábeis. Os autores descobriram que dentre as empresas que utilizavam as normas internacionais, na amostra analisada, 21 que haviam aderido ao IAS - *International Accounting Standards* - entre 1994 e 2003 apresentavam menor nível de gerenciamento de resultados, menor tempo para reconhecimento de perda e uma maior associação entre os valores contábeis com preço de ação e retorno.

Daske et al (2008, p. 1085-1086) analisaram as conseqüências da divulgação das IFRS no mundo, e descobriram que, em média, a liquidez do mercado aumenta em torno do período em que a IFRS é introduzida. Também foi observada uma redução no custo de capital das empresas e um aumento nas *equity valuations*, mas somente se forem contabilizadas antes da data oficial de adoção.

Renders e Gaeremynck (2007, p. 49) concluíram em seus estudos que a adoção do IFRS leva a um aumento do *disclosure* e a uma redução de escolhas contábeis, resultando em uma perda de benefícios para os *stakeholders* com acesso privilegiado as informações (*insiders*).

Botosan (1997, p. 323) analisa a associação entre o nível de *disclosure* e o custo de capital próprio. A sua mensuração do nível de *disclosure* é baseada na informação voluntária fornecida em 1990 nas demonstrações financeiras de 122 empresas de manufatura. O trabalho encontrou evidências de que, em firmas não acompanhadas de perto por analistas financeiros, quanto maior o grau de transparência, menor é o custo do capital próprio. Por outro lado, para firmas com elevado grau de

acompanhamento não houve evidências dessa associação, talvez porque a mensuração de *disclosure* seja limitada à análise de demonstrações financeiras, as quais podem não fornecer um poderoso indicativo para avaliar todos os níveis de *disclosure* quando os analistas possuem importante papel no processo de comunicação.

Especificamente no caso da divulgação de informações por segmento, a forma com que tal relatório é preparado pode impactar em: análises de projeções de lucratividade de um negócio, potenciais problemas futuros decorrentes de riscos políticos, limitação da capacidade de expansão, tendências de crescimento, concentração regional, variação em preços de *commodities*, avaliação da *accountability* de um negócio etc.

Outro aspecto que torna este estudo válido é que no meio acadêmico há uma conveniência, dado o cenário mundial de convergência contábil para as IFRS e o movimento no Brasil, por meio do CPC, Banco Central, SUSEP e CVM, de divulgação e debate de assuntos relativos às normas contábeis internacionais.

Outra consideração que justifica o presente trabalho é a discussão dos conceitos que estão por trás da união entre contabilidade gerencial e societária. Divisões da contabilidade muitas vezes vistas como divisões antagônicas.

A pesquisa delimitou-se em analisar a norma em si, e não o seu produto final, o relato de informações por segmentos, produzido pelas empresas. Este trabalho avaliará a melhora na qualidade e aumento de *disclosure* baseado na percepção dos analistas, preparadores, auditores de demonstrações financeiras e comunidade acadêmica. Não é objetivo deste estudo, portanto, a avaliação quantitativa desses dois fatores.

Cabe ressaltar também que as análises deste trabalho foram elaboradas a partir da interpretação das entrevistas realizadas durante os meses de setembro e outubro de 2008. Os resultados encontrados nesta pesquisa são, portanto, dependentes da amostra selecionada para estudo, empresas de grande porte que já divulgam informações pela norma americana e internacional, grandes instituições que fazem análise de balanços e as maiores empresas de auditoria.

2 Referencial Teórico

São exemplificadas quatro diferentes iniciativas no mundo contábil que fazem, de uma certa maneira, uma ligação entre a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira: o modelo de Gestão Econômica desenvolvido pela Universidade de São Paulo, o estudo do AICPA - *American Institute of Certified Public Accountants* - sobre questões ligadas à relevância e utilidade das demonstrações financeiras, a demonstração inglesa denominada OFR (*Operating Financial Review*), além do relatório da SEC chamado *Management Discussion and Analysis*.

O modelo GECON diz respeito ao processo de planejamento, execução e controle operacional das atividades e é estruturado com base na missão da empresa, nas suas crenças e valores, na sua filosofia administrativa e em um processo de planejamento estratégico que busca em última instância a excelência empresarial e a otimização do desempenho econômico da empresa. (CATELLI, 2001, p. 30)

O modelo visa a atender às necessidades informativas dos diversos gestores da empresa para o seu processo de tomada de decisão e faz uso de conceitos como custo de oportunidade, lucro econômico, valor do dinheiro no tempo e valor presente. Tal modelo assemelha-se às mudanças de paradigma que a nova contabilidade financeira vem adotando. Como exemplo, é possível citar as críticas dessa nova contabilidade ao custo histórico e as mudanças para o conceito de valor justo.

Em 1991, o AICPA formou um comitê chamado *Special Committee on Financial Reporting* (conhecido popularmente como *Jenkins Committee Report*) para discutir questões ligadas à relevância e utilidade das demonstrações financeiras. Por meio desse comitê foi desenvolvido, em 1995, um relatório, baseado na opinião de usuários das demonstrações financeiras, com recomendações para a divulgação de informações financeiras

A necessidade de convergência entre a contabilidade gerencial e a financeira foi abordada nesse relatório. De acordo com o Comitê, os usuários preferem as informações fornecidas pelos gerentes de negócio por três razões. Primeira, os gerentes estão mais perto do negócio e são muitas vezes as melhores fontes de informação da companhia. Segunda, os gerentes influenciam na direção futura da organização. Dessa forma, entender a visão gerencial da companhia e os seus planos para o futuro dá, aos usuários externos, um valioso indicador sobre aonde os gerentes levarão a empresa. Terceira, a perspectiva da gerência fornece aos usuários informações para avaliar a qualidade da administração, que também pode ser um indicador do seu desempenho futuro.

Em Julho de 1993 o ASB - *Accounting Standards Board* – do Reino Unido publicou uma norma não obrigatória para as companhias Inglesas denominada OFR, a qual fornece um conjunto de *frameworks* em que os diretores das companhias podem discutir os principais fatores sobre o desempenho e a posição financeira da empresa.

De acordo com Johnston (2006, p.818-819), esse normativo possibilita o *disclosure* de uma série de informações que não são normalmente encontradas nas demonstrações financeiras, como dados qualitativos e prospectivos. Isso possibilita, segundo o autor, melhores avaliações da performance e predições sobre os negócios de uma companhia.

Esse normativo lista os 22 princípios que uma empresa deve seguir para a sua preparação. O primeiro princípio estabelece que a norma deve permitir a análise do negócio por meio dos *eyes of board*, além de fornecer informações não-financeiras para avaliar os resultados passados e mensurar prospecções futuras.

Um outro exemplo de vinculação da contabilidade gerencial à contabilidade financeira é o *Management's Discussion and Analysis of Financial Condition and Results of Operations*, desenvolvido pela SEC inicialmente em 1968.

O relatório conhecido como MD&A - *Management Discussion and Analysis* - tem como objetivo a evidenciação, por parte das companhias, de uma discussão sobre liquidez, fontes de capital, resultados das suas operações e outras informações necessárias para entender as condições financeiras, as suas mudanças e o resultado das suas operações.

Barron et al (1999, p.98) realizaram um estudo para avaliar o valor preditivo do MD&A. O estudo testa a associação entre as análises de previsões de lucro e a qualidade do relatório, sendo essa qualidade medida pela SEC. Verificou-se que altos *ratings* de MD&A estão associados a menores erros e dispersões nas análises de previsão de lucro.

Bryan (1997, p. 285) analisou sete informações obrigatórias de divulgação contidas no MD&A. O resultado mostra que certas divulgações do relatório, particularmente as relativas ao futuro das operações e planejamento com gastos de capital, estão associadas à mensuração de performance futura (curto prazo) e decisões de investimento. Entretanto, as associações de longo prazo não são relevantes.

3 Metodologia

Este trabalho é caracterizado como uma investigação qualitativa. A principal função da pesquisa qualitativa, de acordo com Ahrens e Chapman (2006), é relatar as expressões de uma realidade subjetiva, objetivada a partir da interação entre os indivíduos. Ela visa a compreender as experiências e os significados que os seres humanos constroem em interação.

A estratégia de pesquisa a ser utilizada neste trabalho é a *Grounded Theory*, desenvolvida por Glaser e Strauss (1967), e Strauss e Corbin (1998), cujo objetivo é realizar a construção de uma teoria na medida em que o trabalho de campo se desenvolve.

Strauss e Corbin (1998, p.22), definem a *Grounded Theory* como um “método científico que utiliza um conjunto de procedimentos sistemáticos de coleta e análise dos dados para gerar, elaborar e validar teorias substantivas, geradas dentro de um contexto, sobre fenômenos essencialmente sociais, ou processos sociais abrangentes”.

Para esta pesquisa, a população selecionada foi dividida em quatro grupos que estão relacionados, de alguma forma, com demonstrações financeiras. Procurou-se identificar quais seriam os grupos que proporcionariam uma melhor interação para a compreensão da realidade construída neste trabalho.

Para cada um dos grupos, foram escolhidos renomados profissionais para realizar as entrevistas, conforme o quadro:

Preparadores de Demonstrações Contábeis	Carlos Kawall Geraldo Toffanello Sívio de Carvalho Bruno Melo Marcus Severini	Bovespa Gerdau S.A. Banco Itaú. S.A. Petrobrás Companhia Vale do Rio Doce
Auditores de Demonstrações Contábeis	Flávio Peppe Aquiles Bergamini Francisco Papellás	Ernst & Young KPMG Deloitte Touche Tohmatsu
Analistas de Demonstrações Contábeis	Vanessa Miranda Reginaldo Alexandre Marcelo Costa Amador Rodriguez	Banco do Brasil APIMEC Standard & Poor's Serasa
Acadêmicos	Ariovaldo dos Santos Bruno Salotti Fábio Frezatti Reinaldo Guerreiro Welington Rocha	USP - Contabilidade Financeira USP - Contabilidade Financeira USP - Contabilidade Gerencial USP - Contabilidade Gerencial USP - Contabilidade Gerencial

Tabela 01- Lista dos entrevistados

Após a identificação dos entrevistados para cada um dos grupos, foi enviada uma carta convite, marcando uma entrevista presencial. As perguntas contidas no questionário, utilizado na entrevista, foram enviadas antecipadamente aos entrevistados, logo após a confirmação da aceitação do convite. As entrevistas foram realizadas durante os meses de setembro e outubro de 2008 em local definido pelo entrevistado. Foram gravadas e transcritas em formato de documento de texto. Essas transcrições foram transferidas para um *software* específico — Atlas/ti — para análises de pesquisas qualitativas, e analisadas.

Por meio da interpretação e conceituação dos dados constantes nas entrevistas transcritas, na procura de um significado durante o processo de codificação, foram elaboradas teorias substantivas, sobre uma realidade socialmente construída a partir da interação entre os entrevistados deste trabalho, visando a identificar o grau de *disclosure* do relatório de Informações por Segmento, analisar a

qualidade da norma publicada, identificar se ainda existem possibilidades de aperfeiçoamento no normativo e discutir o fenômeno da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial.

4 Análise dos Resultados

A seguir, os resultados das análises das entrevistas são apresentados. Eles foram divididos de acordo com os objetivos específicos deste trabalho: identificar o grau de *disclosure* do relatório, analisar a qualidade das informações contábeis e identificar possibilidades de aperfeiçoamento da norma, discutir o fenômeno da vinculação da contabilidade gerencial à contabilidade financeira. Por fim, duas proposições são apresentadas.

4.1 Identificar o grau de *disclosure* do relatório

Analisando as entrevistas, nota-se que o benefício da norma de informações por segmento dependerá da profundidade do *disclosure*. Para Papellás, da Deloitte, “se o relatório for bem feito, o usuário terá a chance de ter *insights* sobre operações da entidade, fato que não possui hoje, e a decisão tomada pode ser diferente. O benefício da norma dependerá do interesse do usuário final, pressão dos usuários, regulamentação, como o novo mercado da Bovespa e a pressão internacional”.

O sócio de auditoria também considera que a pressão por transparências nas demonstrações financeiras é um processo sem volta. Nessa mesma linha está o executivo do Banco Itaú:

“Sem dúvida, a informação por segmentos será muito produtiva, haverá criação de valor para o processo de *disclosure*. É preciso ter em mente que não há volta quando se faz um *disclosure*, os concorrentes adoram.” (Silvio de Carvalho).

Vanessa Miranda acredita que a norma IFRS 8 poderá formalizar o processo de *disclosure* de informações sobre os negócios da empresa: “tais informações não são divulgadas ou são comentadas de forma não organizada no relatório de administração e no *site* das empresas. Os analistas, até então, precisavam montar um quebra-cabeça”.

Toffanello e Frezatti enxergam, porém, problemas relativos à divulgação dessas informações. O executivo da Gerdau acredita que empresas com negócios muito segmentados poderão ter problema de *disclosure*; para o Professor da USP “não é adequado dar a mesma informação a usuários diferentes. Para a Contabilidade financeira, a iniciativa é válida, representa um esforço para diminuir a assimetria informacional”.

Alguns respondentes dessas entrevistas citaram um fator negativo, ligado à norma de segmentação e o seu enfoque gerencial: o excesso de detalhes das informações divulgadas.

Vanessa Miranda, analista de crédito do Banco do Brasil, acredita que “analistas não gostam de muitos detalhes. A informação detalhada dificulta a comparabilidade”. O preparador de demonstrações financeiras da Vale, Marcus Severini, também possui uma opinião similar sobre o assunto; “o excesso de dado nem sempre é adequado, ele pode confundir os usuários”.

Marcelo Costa acrescenta que “informações com muito detalhe acabam atrapalhando, e nesse caso, podemos encontrar muita quantidade com baixa relevância. Aí, se o analista não tem experiência, ele pode tomar a decisão incorreta”. Reinaldo Guerreiro, por sua vez, acredita que “o usuário olha tantos dados e não consegue tomar decisão com aquilo”.

Carlos Kawall também possui a mesma opinião. Para o executivo da Bovespa, os analistas fazem uso de hipóteses mais simplificadas para as suas projeções e muitas vezes deixam de usar certas informações fornecidas pelas empresas para as suas estimativas.

O auditor da KPMG, Aquiles Bergamini, faz considerações nessa mesma linha a respeito: “Mesmo que as empresas divulguem todas as informações que divulgariam caso estivessem analisando o negócio com os olhos da gerência, informações excessivamente detalhadas e fora do contexto podem não ser entendidas corretamente. Quanto mais informações uma empresa fornece, maior é a capacidade de esconder fatos relevantes”.

Reginaldo Alexandre, APIMEC, considera, entretanto, importante um maior detalhamento das informações, desde que apresentadas de uma forma adequada. O analista acrescenta que “se a empresa não apresenta informação adequada, ela é punida pelo mercado. É pecado mortal o *guidance* não cumprido, por isso ele deve ser realista, fazer sentido para empresa”.

Um outro fator limitante aos benefícios da divulgação de informações por segmento relaciona-se ao que o Prof. Ariovaldo dos Santos chamou de “sub-aproveitamento das demonstrações financeiras”. Ele acredita que é necessário fazer um projeto no Brasil para ensinar as pessoas a utilizarem as demonstrações.

Marcus Severini também concorda com o acadêmico:

“No Brasil, a norma de informações por segmentos servirá para alavancar o aprendizado de alguns analistas de demonstrações financeiras. Nós não possuímos tradição de análise devido a um histórico de efeitos cambiais e monetários. Estamos começando a aprender a analisar os balanços”.

A preocupação com a divulgação de informações privilegiadas é uma constante no que tange aos *disclosure* de informações por segmento, critérios de mensuração internos, e enfoque gerencial.

Toffanello, da Gerdau, acredita que a preocupação com a divulgação de certas informações para a concorrência é um problema que será resolvido no longo prazo: “empresas com negócios muito segmentados poderão ter problema de *disclosure*. As empresas vão divulgar pouco no começo este tipo de informação, é uma questão cultural, o tempo vai ensinar”.

Na mesma linha do executivo da Gerdau está o Prof. Welington Rocha, para ele, “no longo prazo poderá haver um maior nível de detalhamento. À medida que as empresas abrirem as suas informações, as outras empresas perceberão e também o farão. Será um avanço gradual”.

Severini, preparador de demonstrações financeiras da Vale, conta que no começo teve resistências internas ligadas à divulgação de informações por segmento ao mercado: “na Vale, já divulgamos essa informação há um longo tempo, mas tivemos que vencer uma certa resistência das pessoas, as áreas de negócio pressionavam a Controladoria a não abrir essas informações”.

Para os auditores, essa é uma forte preocupação, principalmente devido à cultura brasileira. De acordo com Bergamini, ao aumentar o nível de detalhes, há o risco de se exigirem informações confidenciais que podem prejudicar o negócio, portanto as empresas evitarão divulgações excessivamente comprometedoras.

Essa preocupação, segundo, Amador Rodriguez, da Serasa, não faz muito sentido, pois se tratam de questões do dia-a-dia das empresas e não possuem um caráter estratégico:

“As empresas no Brasil adoram dizer que as informações são estratégicas como desculpa para não divulgarem. As únicas informações estratégicas, em minha opinião, são: (i) lançamento de novos produtos, inexistentes no mercado, (ii) intenção de compra de outras empresas e (iii) intenção de entrar em um novo mercado. Todas as outras informações não são estratégicas e fazem parte da condução natural dos negócios”.

Um fator importante ligado à evidenciação de informações baseadas em um enfoque gerencial é que para muitos entrevistados o *management approach* poderá servir como “válvula de escape” para a não divulgação de algumas informações.

Sobre esse assunto o Prof. Reinaldo Guerreiro considera que “as empresas vão interpretar a norma a seu favor e irão divulgar o mínimo necessário”. Bruno Melo, da Petrobrás, também trata desse tema: “um problema da norma é que as empresas divulgam só o que elas querem, selecionam as informações”.

O trabalho do auditor será importante para amenizar a questão mencionada da válvula de escape. Ele precisará avaliar, de acordo com Papellás, se faz sentido a informação divulgada em relação ao que é feito internamente.

Uma das principais críticas relativas à norma de informações por segmento, e principalmente ao *management approach*, relaciona-se à questão da comparabilidade das informações entre as empresas de um determinado setor, e ao *trade-off* entre comparabilidade e relevância do relatório.

De fato, a preocupação com a comparabilidade fez-se presente nas respostas dos entrevistados, pois acreditam que a possibilidade de a empresa escolher o tipo de segmentação a divulgar em seu relatório, pensando no critério que utiliza para a tomada de decisões internas, possa prejudicar a comparabilidade entre empresas de um mesmo setor ou mesmo entre setores diferentes.

A dificuldade de comparação é ainda acentuada com a possibilidade de confeccionar o relatório usando critérios de mensuração internos. De acordo com o Prof. Reinaldo Guerreiro, “isso leva à total impossibilidade de comparação. Só se comparam coisas padronizadas”. Para resolver essa questão, será preciso uma nota explicativa bem detalhada com a conciliação entre as informações gerenciais apresentadas e as políticas contábeis do IFRS.

O posicionamento do Professor coincide com o ponto de vista do EFRAG. Para esse órgão, as mudanças na norma, relativas aos critérios de mensuração interno, diminuem a comparabilidade. Porém tal critério não deve ser visto de forma isolada e restrita. O *trade-off* entre relevância e comparabilidade deve ser aceito.

A grande maioria dos respondentes deste trabalho acredita que no futuro o problema da comparabilidade estará resolvido, pois as empresas preparadoras identificarão qual o critério de segmentação que está sendo utilizado pela maioria das empresas do mesmo setor e farão os seus relatórios da mesma maneira.

Além disso, haverá uma pressão do mercado, por meio dos analistas de crédito e investidores, para se divulgarem informações utilizando-se de um critério de identificação dos segmentos comparável.

4.2 Analisar a qualidade das informações contábeis e identificar possibilidades de aperfeiçoamento da norma

De acordo com a análise das entrevistas, os benefícios da norma de informações por segmento podem ser divididos em 4 categorias:

1. Possibilidade de estudos acadêmicos com essas informações;
2. Capacidade de realizar projeções sobre a geração de fluxos de caixa futuros;
3. Aumento do poder de negociação com fornecedores, clientes, e conhecimento de todos os elos da cadeia de valor;

4. Melhor análise sobre a situação da empresa, os seus negócios, investimentos, riscos, mercado, estratégias.

O Professor Welington Rocha ressalta a importância da divulgação de informações por segmento relativas à Gestão Estratégica de Custos:

“Para análise de custos de concorrentes, essa norma é um passo importante, permitirá o entendimento de seus custos, informações econômico-financeiras, patrimoniais. A norma permitirá a análise de clientes e fornecedores e toda a sua cadeia de valor. Aumentará meu poder de negociação com os fornecedores, por exemplo”.

Papellás ressalta que a informação extraída do relatório poderá fornecer *insights* sobre as operações da entidade, e a decisão tomada pelos usuários dessas demonstrações financeiras pode ser diferente.

O benefício citado por Papellás também foi considerado por Flávio Peppe e por todos os analistas entrevistados. Todos eles acreditam que a principal vantagem da análise das informações oriundas da aplicação da norma IFRS 8 reside em poder entender a lógica e a razão de ser dos negócios das empresas.

Porém, o executivo da Petrobrás considera que o relatório não é rápido, nem fácil de se produzir: “Há muito trabalho para segmentar. Se decidirmos mudar o critério de segmentação, deveremos refazer os dados passados para ter consistência. O número de informações e seus detalhes são altos”.

O sócio de auditoria, Flávio Peppe, acrescenta um ponto que pode aumentar os custos na elaboração do relatório. Para ele, os sistemas de contabilidade, nas empresas, não estão parametrizados para essa quebra por segmento. Muitas empresas gastaram muitos esforços para a configuração seguindo os requerimentos da antiga IAS 14 e agora terão que fazer novas mudanças.

Um outro problema relacionado à implementação da norma é que ficará evidente, de acordo com Welington Rocha, que muitas empresas não possuem critérios gerenciais, muito menos critérios econômicos de mensuração. Muitas instituições utilizam-se dos mesmos valores da contabilidade societária para a tomada de decisão interna.

Com a norma IAS 14, as entidades utilizavam como mensuração as IFRS, porém a nova norma faz uso de mensurações internas. Esse fato é visto com bons olhos pelos respondentes desta pesquisa. Prof. Bruno Salotti considera que “isso é algo positivo, pois agrega informação para o analista externo. Porém a nota explicativa que pede a reconciliação com o contábil deve ser muito bem feita. Os usuários precisarão entender bem”.

Os analistas Marcelo Costa e Amador Rodriguez também relatam a questão da reconciliação com o contábil. Eles acreditam que esse fato levará a um aumento no número de conversas dos analistas com a administração da empresa para entenderem os ajustes.

A analista do Banco do Brasil acredita que “o uso de medidas internas ajuda a enxergar a empresa com os olhos da administração, ver a realidade. É possível fazer análises a partir da visão da administração. Os problemas são a subjetividade e a perda de comparabilidade com outras empresas que utilizam critérios diferentes”.

Com relação à subjetividade apontada por Vanessa, Papellás, da Deloitte, ressalta que “deverá ser analisado se há fatores objetivos para fazer alocação dos custos e despesas entre segmentos. A alocação precisa de um critério objetivo e comprovável”.

4.3 Discutir o fenômeno da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial

Os entrevistados consideram que o *management approach*, quando evidenciado de maneira adequada, possibilita fornecer informações detalhadas sobre a empresa, melhorando a comunicação sobre o gerenciamento dos negócios e agregando valor para o processo de análise. A gerência, por estar no dia a dia dos negócios, consegue identificar o critério de segmentação adequado.

Não há como travar a liberdade de se escolher o critério de segmentação. Cada empresa tem uma estrutura diferente. Ninguém melhor que o gestor para entender a companhia e os seus segmentos. A empresa tem a liberdade de escolher a sua metodologia, isso melhora a comunicação, pois vai refletir realmente os seus negócios. A intenção é deixar o relatório mais aderente possível à realidade da companhia (BRUNO MELO).

Para o executivo da Gerdau, o benefício maior de vincular a contabilidade gerencial à financeira é a uniformidade de prática: “é complexo, difícil, a empresa ter um discurso de performance para o público interno e outro para o mercado. Um valor da Gerdau é ‘seriedade com todos os públicos’, por isso temos uma base de dados consistente”.

Marcus Severini concorda com o posicionamento da Gerdau. O preparador de demonstrações financeiras da Vale considera que “a vinculação é muito útil para não contar uma historinha mentirosa”.

Kawall, da Bovespa, também defende a idéia do aumento na qualidade e quantidade de informações com a vinculação: “é difícil entender olhando só para a contabilidade financeira como a empresa está sendo administrada sob uma ótica gerencial”.

Amador Rodriguez resalta um problema da vinculação ligado à questão de como esses dados gerenciais serão repassados ao usuário das demonstrações financeiras, uma vez que serão necessárias adaptações para que essas informações sejam corretamente entendidas pelos usuários e para que não prejudiquem a análise e a tomada de decisão de investimento.

A conciliação das informações da contabilidade gerencial à contabilidade financeira é vista pelos preparadores de demonstrações financeiras entrevistados como algo que promove uma maior credibilidade para a informação. Todos os preparadores de demonstrações financeiras entrevistados consideram essa conciliação fundamental para se obter uma informação segura no processo de tomada de decisão em suas atividades.

Na Gerdau, a conciliação da contabilidade gerencial e financeira está presente. Geraldo Toffanello considera que “hoje o resultado gerencial é igual ao resultado societário. E o padrão contábil é o IFRS”.

Severini, da Companhia Vale do Rio Doce, toma uma decisão somente com base em informações que estejam conciliadas com a Contabilidade financeira: “deve haver conciliação entre o gerencial e o financeiro. Quando não há, é uma questão de sorte não existir informação inadequada”.

Com a vinculação da contabilidade gerencial à financeira, a auditoria passará por algumas modificações e ampliação de escopo, pois terá que analisar os processos realizados pela contabilidade gerencial.

O auditor precisará, segundo Peppe, entender como a informação para a nota explicativa foi gerada. Se o rateio for por horas/homens, por exemplo, ele precisará auditar esse processo. O trabalho será ampliado, mas a auditoria será a mesma: “aumentará a demanda para documentar os processos de geração dessas informações. Teremos que avaliar a confiança da informação gerada”.

Para Bergamini, da KPMG, “a tendência é um maior volume de horas e maior complicação, pois a auditoria é voltada para as informações contábeis, e não para informações gerenciais. Será um desafio para os auditores emitirem *assurance* sobre números não originados da contabilidade ‘oficial’”. Papellás, entretanto, não acredita que existirá essa maior complicação citada por Bergamini.

De acordo com o sócio de auditoria da Deloitte, os auditores terão um importante papel a cumprir: “não adianta dizer que é ‘enfoque gerencial’, tentando ocultar alguma informação, se o auditor sabe que não é”:

“Para o auditor, não haverá muita complexidade, ele já olha a parte gerencial para identificar riscos e fazer planejamento de auditoria. A dificuldade relaciona-se em avaliar se faz sentido a informação divulgada em relação ao que é feito internamente. O resultado é suficiente e adequado para o leitor? Isso entra na área de julgamento profissional, estratégia e intenção da administração”. (PAPELLÁS, Deloitte).

5 Proposições

A partir da análise indutiva realizada, o trabalho gerou duas proposições teóricas, a primeira sobre os efeitos positivos relacionados a vinculação da contabilidade financeira à gerencial, e a segunda sobre os efeitos negativos. Tais proposições serão explicadas a seguir.

Proposição 1

O fornecimento de informações gerenciais, desde que conciliadas com a contabilidade financeira, promove maior nível de disclosure e possibilita melhorias nas decisões econômicas e na capacidade de projeções, aumento no poder de negociação da empresa e uniformidade de práticas com os seus diferentes públicos.

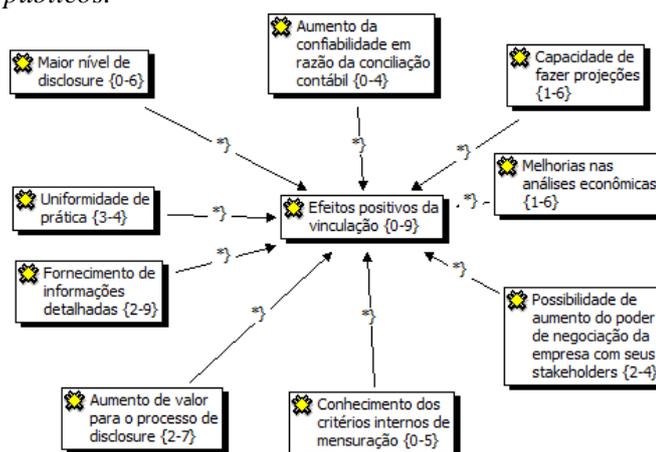


Tabela 02 – Efeitos positivos da vinculação

Proposição 2

A divulgação de informações por segmentos, baseados em critérios gerenciais, exige um aumento de trabalho para elaboração, divulgação e auditoria, além de esbarrar em questões ligadas a confidencialidade da informação, dificuldade de análise e perda de comparabilidade.

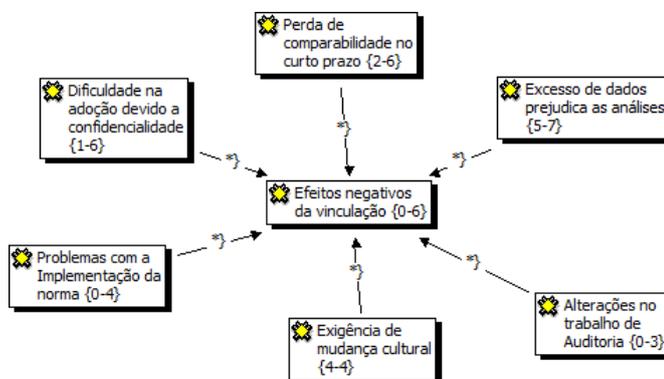


Tabela 03 – Efeitos negativos da vinculação

Conclusões

Em função do projeto de convergência entre o FASB e o IASB, o IASB publicou a norma IFRS 8 *Operating Segments*, em novembro de 2006, fruto da revisão da norma americana “SFAS 131 - *Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information*”, desenvolvida em junho de 1997, e da IAS 14 “*Segment Reporting*”, inicialmente publicada em agosto de 1981. Tal norma entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2009.

Com essas alterações, as demonstrações financeiras, por meio do relato de informações por segmento, passaram também a fornecer informações gerenciais aos seus diversos usuários. Ou seja, com a utilização das informações por segmentos, o usuário externo passa a compreender melhor a forma com que a administração da empresa toma as decisões.

Para responder ao problema de pesquisa sobre qual é o efeito da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial na qualidade das informações financeiras e no nível de *disclosure*, foram realizadas 17 entrevistas semi-estruturadas com os principais grupos de *stakeholders* afetados pela publicação de uma norma internacional: preparadores, auditores, analistas de demonstrações financeiras e acadêmicos.

Tais entrevistas foram analisadas por meio da estratégia de pesquisa denominada *Grounded Theory*, onde duas proposições foram geradas para analisar o fenômeno da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial, na norma de Informação por Segmentos do IASB.

As duas proposições geradas nesta pesquisa qualitativa foram construídas a partir da interação entre os sujeitos entrevistados. A resposta encontrada para o problema de pesquisa é, portanto, dependente da percepção dos entrevistados sobre o assunto e é função de uma realidade subjetiva.

O benefício da norma dependerá da profundidade do *disclosure*, e para isso acontecer é necessário uma mudança de cultura por meio de um melhor aproveitamento das análises das demonstrações financeiras e da ampliação da divulgação de informações aos mais diversos públicos. O avanço no nível de informações divulgadas será gradual em função da característica do mercado brasileiro de não divulgar certas informações consideradas confidenciais, e dependerá ainda da maturidade relacionada ao processo de análise dessas informações, para não impedir que o excesso de

dados prejudique as decisões econômicas. A preocupação com a comparabilidade das informações entre empresas de um mesmo setor, ou setores diferentes, não pode impedir o principal benefício do *management approach*, que é conhecer a empresa com os olhos da administração.

Quanto ao objetivo relacionado à análise da qualidade das informações contábeis, nota-se que está relacionada à melhora nas análises econômicas e à capacidade de fazer projeções, aumento no poder de negociação com *stakeholders*, e possibilidade de estudos acadêmicos. A implementação do normativo não será fácil, rápida e barata, pois existem problemas relacionados à parametrização de sistemas contábeis, comunicação entre as áreas gerenciais e financeiras, resistências internas, elevado detalhamento de dados, aumento no preço de auditoria e publicação das informações. O uso de critérios gerenciais de mensuração são importantes e necessários para a elaboração do relatório, mas devem ser bem evidenciados em notas explicativas.

Por fim, foi discutido o fenômeno da vinculação da contabilidade financeira à contabilidade gerencial, cujos benefícios relacionam-se ao maior detalhamento de informações e nível de *disclosure*, uniformidade de prática entre os diferentes públicos e melhoria no relacionamento da empresa com seus *stakeholders*. A divulgação de informações gerenciais nos relatórios financeiros é considerada importante para estimativa de fluxos de caixa futuros, mas a credibilidade dessas informações depende da conciliação com as informações oriundas da contabilidade financeira.

Como a norma entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2009, recomendam-se, para estudos posteriores, análises de multicasos dos relatórios de informações por segmentos divulgados em algumas empresas, comparações da norma emitida pelo CPC e a IFRS 8, realizações de entrevistas com outros *stakeholders*, comparações dos relatórios publicados no Brasil com países da Europa e Estados Unidos, e testes empíricos das proposições encontradas neste trabalho.

Referências

- AHRENS, T. C.; CHAPMAN, C. S. **Doing qualitative field research in management accounting: positioning data to contribute to theory.** Accounting, Organization and society. [S.l.: s.n.], v. 31, n. 8, p. 819-841, 2006.
- ATKINSON, A. et al. **Contabilidade gerencial.** São Paulo: Editora Atlas, 2000.
- BARRON, O. E.; KILE, C. O.; O'KEEFE, T. B. MD&A quality as measured by the SEC and analysts' earning forecasts. [S.l.]: **Contemporary Accounting Research**, V.16, N.1, p.75-109, 1999.
- BARTH, M., LANDSMAN, W.; LANG, M. International accounting standards and accounting. [S.l.]: Quality. **Journal of accounting research**, v.46, n.3, p. 467-498, 2008.
- BOTOSAN, C. A. Disclosure Level and the Cost of Equity Capital. **Saratosa: The Accounting Review**, v. 72, nº 3, p. 323- 349, 1997.
- BRYAN, S. H. Incremental information content of required disclosures contained in management. [S.l.]: **The Accounting Review**, V. 72, N. 2, p. 285-301, 1997.
- CATELLI, A. (Org.). **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- COMUNICADO nº 14.259 de 10/03/2006. **BACEN** – Disponível em <www.bcb.gov.br>.

DASKE, H.; HAIL, H. L.; LEUZ, C., VERDI, R. Mandatory IFRS reporting around the world: early evidence on the economic consequences. [S.l.]: **Journal of Accounting Research**. v46, n.5, p. 1085-1142, 2008.

European Financial Reporting Advisory Group. **Adoption of IFRS 8 Operating Segments**, 2007.

Financial Accounting Standards Board - FASB. **Statements financial accounting concepts n. 2**. FASB, 1980.

Financial Accounting Standards Board - FASB.FAS 14. **Financial reporting for segments of a business enterprise**. [S.l.: s.n.]: 1976.

Financial Accounting Standards Board - FASB.SFAS 131. **Disclosures about segments of an enterprise and related information**. [S.l.: s.n.]: 1997.

GLASER, B. and STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory**. Chicago: Aldine.1967

HORNGREN, T.; SUNDEM, G.; STRATTON, W. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Prentice Hal, 2004.

JOHNSTON, A. After the OFR: can UJ Shareholder value still be enlightened? [S.l.]: **European Business Organization Law Review**, v.7, p. 817-843, 2006.

IAS 14. Reporting Financial Information by Segment, IASB, 1981.

IASB. [S.l.; s.n.]: IFRS 8 – Operating Segments, 2007.

INSTRUÇÃO da Comissão de Valores Mobiliários nº 457 de 13/07/2007. **CVM**. Disponível em <www.cvm.gov.br>. Acesso em 05/12/2008.

PLANO de Trabalho. **CPC..** Disponível em <http://www.cpc.org.br/pdf/CPCplano%20de%20convergência%20%20junho_2008.pdf>. Acesso em 03/08/2008.

RENDERS, A., GAEREMYNCK, A. The impact of legal and voluntary investor protection on the early adoption of International Financial Reporting Standards (IFRS). [S.l.]: **Economist-netherlands**, v.155. n. 1, p.49-72, 2007.

STOLOWY, H.; TOURON, P. **The integration of financial, accounting, management accounting and cash flow accounting**: the user opinion. Hanover: New Hampshire, 1998.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research**: techniques and procedures for developing Grounded Theory. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 1998.

SUSEP. Superintendência de Seguros Privados. Disponível em <http://www.cpc.org.br/pdf/circ357_susep.pdf>. Acesso em 05/12/2008.